

Cautelas importantes para o adequado funcionamento da “rede” de proteção à criança e ao adolescente¹:

- Identificar, junto aos diversos órgãos/setores da administração os **programas e serviços** corresponsáveis pelo atendimento de crianças, adolescentes e famílias;
- Organizar a estrutura de cada órgão/setor/programa/serviço, de modo a prestar um **atendimento prioritário, especializado e qualificado** para os casos envolvendo crianças, adolescentes e suas respectivas famílias (cf. arts. 4º, *caput* e par. único, alínea “b” e 259, par. único, da Lei nº 8.069/90);
- Identificar, dentre os profissionais que atuam em cada órgão/setor/programa/serviço aqueles que possam servir de “**referência**” para os demais, de modo que sejam por todos conhecidos e possam ser acionados sempre que necessário;
- Definir claramente o **papel de cada órgão/setor/programa/serviço** (assim como dos **profissionais** que neles atuam), de modo que todos saibam exatamente **o que fazer, por que fazer e como proceder** diante de cada caso encaminhado/atendido;

¹ Elaborado por Murillo José Digiácomo. Promotor de Justiça no Paraná. murilojd@mp.pr.gov.br

- Efetuar um **planejamento de ações específico** para **cada uma** das diversas situações relacionadas ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias, com a **justificativa técnica** (e sob a ótica **interdisciplinar**) para **cada intervenção** que se pretende realizar;

- Elaborar, a partir do **diálogo** entre os diversos profissionais corresponsáveis pelo atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, **“fluxos”** e **“protocolos”** de atendimento, que contemplem (com a devida justificativa técnica) as diversas abordagens necessárias para a **efetiva solução** do problema (sem jamais perder de vista que **cada caso é um caso** e que deve ter suas peculiaridades respeitadas);

- Realizar **reuniões periódicas** (a frequência será determinada pela demanda existente em cada município) para debater os **casos de maior complexidade** e/ou que **não puderam ser solucionados a partir das abordagens até então realizadas**, avaliando as razões de sua ineficácia e definindo as estratégias a serem doravante utilizadas para obtenção do resultado desejado (lembrando sempre que o **compromisso de todos não é com o simples “atendimento formal”, mas sim com a “proteção integral”** infanto-juvenil - cf. arts.

1º e 100, par. único, inciso II, da Lei nº 8.069/90);

- Levar em conta, quando da definição das estratégias de abordagem para cada caso, os **princípios** relacionados no art. 100, par. único, da Lei nº 8.069/90, dentre os quais se encontram a “**obrigatoriedade da informação**” e a “**oitiva obrigatória e participação**” de todos os interessados, respeitado seu estágio de desenvolvimento e sua capacidade de compreensão acerca das intervenções propostas, de modo a permitir que estes **participem ativamente da definição das abordagens** a serem realizadas, da **forma** como isto ocorrerá e sejam **orientados** acerca das **razões** porque isto será feito e das **conseqüências** de eventual descumprimento injustificado;

- Elaborar um “**plano individual de atendimento**” para cada caso (nos moldes do previsto para o acolhimento institucional) e celebrar, sempre que possível, um “termo de compromisso” com os destinatários das abordagens a serem realizadas (tanto a criança/adolescente quanto sua família), de modo que estes se comprometam, formal e voluntariamente, a cumprir as metas propostas (e, como dito, construídas com sua participação a partir dos esclarecimentos devidos);

- **Evitar posturas arbitrárias, preconceituosas e/ou discriminatórias** em relação a crianças, adolescentes, pais e responsáveis, procurando “enxergar” não apenas os problemas, mas também os **aspectos positivos e potencialidades de cada um;**

- Considerar que a “**resistência**” inicial às intervenções propostas, assim como eventual “**recaída**” ao longo do atendimento/tratamento **são absolutamente normais** e de modo algum podem servir de pretexto para interrupção do atendimento e/ou do processo de recuperação, devendo ser desde logo previstas abordagens alternativas para o caso de sua ocorrência;

- **Aprender a ouvir** as razões invocadas para o descumprimento das abordagens propostas, tendo sempre em mente que as intervenções (e os programas e serviços a elas correspondentes) devem ser “**flexíveis**”, de modo a respeitar as peculiaridades de cada caso;

- **Reavaliar**, periodicamente, a **eficácia** das abordagens realizadas, tanto no plano individual quanto coletivo, considerando, dentre outros fatores, os **índices de sucesso, resistência e reincidência** entre as pessoas atendidas;

- Efetuar uma **análise crítica** da **adequação** dos equipamentos e do preparo dos profissionais que neles atuam para o atendimento das demandas a seu cargo, de modo a apurar possíveis falhas (tanto estruturais quanto técnicas e/ou conceituais) que comprometam a eficácia das abordagens realizadas;

Lembrar ainda que:

- Toda e qualquer abordagem em matéria de infância e juventude deve ser **planejada** e **executada** com o máximo de cautela e profissionalismo, a partir de avaliações técnicas interdisciplinares **criteriosas**: o **improviso** e o **amadorismo MATAM** - ou ao menos têm um enorme potencial para **destruir** a vida e o futuro das crianças e adolescentes que se pretende proteger;

- A “rede” de proteção à criança e ao adolescente deve ser **também** uma “rede” de proteção à **família** (que na forma das Leis n°s 8.069/90 e 8.742/93 e da Constituição Federal tem direito a **especial proteção** por parte do Estado), devendo as abordagens ser realizadas preferencialmente de modo a **manter** ou **reintegrar** a criança/adolescente no seio de sua família;

- É preciso **cautela redobrada** quando da aplicação de qualquer medida de caráter “sancionatório” aos pais/responsáveis (o que, vale dizer, **não é o objetivo** da intervenção estatal em matéria de infância e juventude), de modo a evitar que a “punição” recaia **também** (ou mesmo prejudique com maior intensidade) as crianças/adolescentes que se pretende proteger (valendo lembrar que, mesmo em casos extremos, se alguém tiver de ser afastado do convívio familiar, este será **o vitimizador** - e não a vítima - cf. art. 130, da Lei nº 8.069/90, e que eventuais “**penas**” àqueles que violam direitos infanto-juvenis devem ser aplicadas pela **Justiça Criminal**);

- Cabe ao Poder Público, por seus diversos órgãos, programas e serviços, efetuar - de maneira **espontânea e prioritária** (cf. art. 4º, *caput* e par. único, da Lei nº 8.069/90) - o atendimento de **todos** os casos de **ameaça** ou **violação** de direitos infanto-juvenis que surgirem (vide também o disposto nos arts. 70 e 100, par. único, inciso II, da Lei nº 8.069/90), **independentemente** da “aplicação” de “medidas” pelo Conselho Tutelar e/ou Poder Judiciário (em outras palavras, **não é necessário aguardar** a aplicação de uma medida por parte de uma das citadas autoridades **para somente então agir** no sentido da **proteção** à criança e ao adolescente);

- É fundamental oferecer “**alternativas**” de abordagem (e atendimento) para as mais diversas situações e faixas etárias: o **planejamento** de ações deve ir desde **antes do nascimento** (a partir da oferta de um atendimento psicossocial e jurídico às **gestantes**), até **após** o jovem que se encontrava em atendimento completar **18 anos** de idade (podendo se estender **até os 21 anos ou mais** - a depender de cada caso e da necessidade de cada um);

- Em qualquer caso, é fundamental que o planejamento das ações a serem realizadas junto à criança/adolescente/família deve responder (dentre outras) as seguintes perguntas:

a) **O QUE** fazer - devendo para tanto usar os parâmetros fornecidos pelas leis e normas técnicas aplicáveis (como é o caso das Resoluções dos Conselhos de Direitos, Assistência Social etc.);

b) **POR QUE** fazer - cada ação planejada e executada deve ter uma justificativa técnica, não devendo ser acionados órgãos, autoridades ou equipamentos sem que sua intervenção seja realmente necessárias e/ou para fins meramente burocráticos (vide o princípio da intervenção mínima, previsto no art. 100, par. único, inciso VII, da Lei nº 8.069/90);

c) **COMO** fazer - os projetos relativos aos programas e serviços devem descrever a metodologia de abordagem, mais uma vez a partir de uma justificativa técnica adequada. É fundamental a previsão de alternativas de abordagem, especialmente diante de eventual resistência ou da ocorrência de problemas ao longo do atendimento/tratamento;

d) **QUEM** irá fazer - quais os técnicos e profissionais deverão intervir no caso (mais uma vez com a devida justificativa técnica), não sendo admissível a simples previsão, de forma “genérica”, do encaminhamento do caso ao Conselho Tutelar, por exemplo. Importante lembrar que os técnicos e profissionais que irão intervir devem ser adequadamente qualificados e ser previamente contatados, informados e conscientizados acerca de seu papel;

e) **COM QUE RECURSOS** irá fazer - com a devida previsão no “plano de aplicação” que deve acompanhar o projeto, bem como no orçamento do órgão público responsável por sua execução ou (co)financiamento (sem perder de vista o contido nos arts. 90, §2º e 100, par. único, inciso III, da Lei nº 8.069/90).

Importante destacar que as respostas a estes questionamentos deverão ser construídas a partir de uma análise da matéria sob a ótica **interdisciplinar**, com as justificativas técnicas devidas;

- A simples existência de uma série de programas e serviços que “atendem” crianças e adolescentes **não basta** para formar uma verdadeira “rede” de proteção: é preciso que estes atuem de forma efetivamente articulada e integrada e prestem um **atendimento qualificado e resolutivo** (pior que não ter programas e serviços é ter programas e serviços que **não funcionam** de forma adequada e/ou que **não atingem os objetivos** aos quais se propõem);

- É preciso que **todos aprendam a falar a mesma linguagem** e tenham um **bom nível de compreensão acerca da matéria**, de modo que possam **debater em alto nível** e, **juntos**, a partir da “**soma**” de seus conhecimentos (e esforços), encontrar **soluções concretas e duradouras** para os casos atendidos;

- O “Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente” concebido pela Lei nº 8.069/90 **não é hierarquizado**, de modo que não mais existe a figura da “autoridade suprema” (como ocorria sob égide do revogado “Código de Menores”), mas apenas profissionais (e autoridades) diversas com funções distintas;

- O **profissionalismo**, o **espírito de cooperação** e o **compromisso com a causa** da infância e da juventude são componentes

que não podem faltar na “rede de proteção” como um todo e em cada um de seus integrantes;

- Para que a “rede” funcione - e tenha condições de cumprir seu **objetivo fundamental**: a “**proteção integral**” de todas as crianças e adolescentes - é preciso que **todos** seus integrantes **cumpram se papel com o máximo de empenho e dedicação** - e **zelem para que os demais façam o mesmo**, estabelecendo entre si uma **relação de parceria e respeito mútuos**. Eventuais problemas que surgirem (inclusive no que diz respeito ao relacionamento e à articulação de ações entre os integrantes da “rede”) devem ser **rapidamente identificados e corrigidos**, a partir da união de seus componentes e da definição da melhor, mais racional e mais eficaz “**estratégia**” de abordagem;

- O adequado funcionamento da “rede” de proteção à criança e ao adolescente, assim como seu constante **monitoramento e aperfeiçoamento** é o **compromisso** e a **responsabilidade de todos**, devendo ser uma preocupação constante, a partir da avaliação permanente de seus **resultados**.

- Um trabalho eficiente da “rede” - inclusive numa perspectiva **preventiva** -, traz benefícios não apenas às crianças, adolescentes e famílias atendidas, mas a **toda sociedade**.